



# CONSELHO TUTELAR DE IMPERATRIZ - ÁREA II

Criado Pela Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 599/90 - Fundado em 01.08.2003

*Resgatando a Dignidade da Criança e o Adolescente,  
Fazendo Valer seus Direitos e Deveres*

.+

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMPERATRIZ - MA, ÁREA II

### DA DENOMINAÇÃO

Art.1º O Conselho Tutelar do município de Imperatriz - MA, área II, órgão permanente e autônomo não jurisdicional criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente lei federal 8069, de 13 de Julho 1990 regulamentado pela Lei Municipal 599 de 21 de Dezembro de 1990 e reger-se- do pelo presente regimento interno.

### DA SEDE

Art.2º O Conselho Tutelar será instalado em prédio de fácil acesso à população do município.

**Parágrafo Único** – Para efeito de sua atuação, o Conselho Tutelar da área II tem sua área de abrangência, a saber:

**I** – Ao Norte com o Município de São Francisco do Brejão, ao Sul com Município de Davinópolis, ao Leste com a BR 010 e ao Oeste com o Município de João Lisboa, conforme Resolução 01/2001 do dia 17 de Abril de 2001, que define os limites territoriais inerentes à competência geográfica dos Conselhos Tutelares do Município de Imperatriz.

### DA ESTRUTURA TÉCNICA – ADMINISTRATIVA

Art. 3º- O Conselho Tutelar terá uma estrutura – serviço administrativo que zelara pela organização dos serviços bem como pelo funcionamento do Conselho.

**Parágrafo Único** - O município através dos servidores do seu quadro de pessoal, ou mediante solicitação de acessão de servidores da União e do Estado ou celebração de convênios com entidades privadas, assegurara o cumprimento do disposto no “caput”.

**Parágrafo 2º** - As despesas decorrentes do funcionamento e atividades dos Conselhos Tutelares serão de responsabilidade da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

**Parágrafo 3º** - O Conselho Tutelar terá acesso aos órgãos técnicos do município para consultas e assessoramento.

Art. 4º - O Conselho Tutelar funcionará diariamente, inclusive final de semana e feriado, durante 24 horas do dia. Observado o seguinte:

**I** – Ordinariamente. Das 08h:00min às 18h00min, da segunda à sexta, na sede.

**II** – em regime de plantão na sede do Conselho, das 18 h às 08 h do dia seguinte, e nos finais de semanas e feriados, durante 24 horas.

**Art. 5º** - A organização do regimento de trabalho, ressalvado o regime de plantão, ficará sob a responsabilidade de cada Conselho Tutelar, que terá plena autonomia para sua elaboração. Devendo cada Conselheiro cumprir uma jornada de 44 horas semanais.

**Parágrafo 1º** - A organização do regime de plantão caberá à Coordenação do Conselho Tutelar.

**Parágrafo 2º** - As escalas de trabalho e de plantão ficarão Afixadas em local visível na sede dos Conselhos, no CMDCA e nos locais designados pelo Conselho Tutelar.

**Parágrafo 3º** - O Controle do cumprimento das escalas de trabalho e de plantão será encaminhado até o segundo dia útil do mês subsequente ao vencido à Secretaria de Desenvolvimento Social.

### **REGIMENTO DE PLANTÃO**

**Art. 6º** - O plantão de que trata o inciso II do art. 4º será na sede do Conselho, e funcionará com um plantonista no Conselho.

**Art. 7º** - A escala de plantão será organizada mensalmente pela Coordenação do Conselho.

### **DA COORDENAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

**Art. 8º.** O coordenador deste conselho será escolhido pelo colegiado através de votação e cumprirá suas atribuições sendo seus encaminhamentos decididos pelo colegiado do conselho tutelar.

**Parágrafo Único** – Compete ao Coordenador:

**I** – coordenar os encaminhamentos administrativos,

**II** – elaborar a escala de plantão,

**III** – representar os Conselho Tutelar perante o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

**IV** – assessorar a execução das políticas municipais da criança e do adolescente elaboradas pelo CMDCA,

**V** – encaminhar, trimestralmente, ao CMDCA relatório detalhando das atividades, desenvolvidas pelo Conselho, bem como medidas ou sugestão para melhoria e aperfeiçoamento do trabalho desempenhado,

**VI** – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente,

**VII** – convocar a Assembléia – Geral dos Conselhos Tutelares.

**Art. 9º** - O representante do Conselho Tutelar será escolhido dentre os Conselheiros de sua área de abrangência e terá mandato de **9** (nove meses).

**Parágrafo 1ª** - O representante do Conselho na Coordenação poderá ser substituído a quaisquer tempos, em reunião específica para tal fim, pela vontade da maioria dos conselheiros da área de abrangência ou pela sua própria vontade, em caso de renúncia.

**Parágrafo 2º** - Poderá cada membro do Conselho exercer, no mínimo, um mandato como representante na Coordenação.

**Art. 10º** - A Coordenação reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário.

**Parágrafo Único** – Todas as reuniões de coordenação serão relatadas e registradas em livro próprio.

### **DO EXERCÍCIO DO MANDATO DA NATUREZA DO MANDATO.**

**Art. 11** – O mandato dos Conselheiros Tutelares é de 04 (quatro) anos e o exercício efetivo da função constituirá serviço público relevante, de acordo com o Artigo. 132 da Lei Federal nº 8.069/90.

**Art. 12** – Os eleitos serão empossados pelo Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

**Art. 13** – A investidura no mandato de Conselho Tutelar dar-se-á no dia da posse, que será implementada de forma coletiva, vedada a posse individual salvo quanto suplente.

### **DOS IMPEDIMENTOS**

**Art.14** – são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, ascendentes e descendentes, sogro, genro, e nora. Conforme o exposto no Art. 140 da lei federal nº8069/90.

### **DA VACÂNCIA**

**Art.15** – A vacância dar-se-á por:

**I** – falecimento

**II** – perda do mandato

**III** – renúncia

**Art.16** – A vaga ocorrerá na data do falecimento, da estabelecida na renúncia ou da publicação da sentença irrecorrível que gera a perda do mandato.

**Art.17** – O falecimento do Conselheiro deverá ser comunicado pelos demais Conselheiros dentro de 10 (dez) dias, contados da sua data a Coordenação dos Conselheiros Tutelares e à Secretaria de desenvolvimento Social.

**Art. 18** – O pedido de renúncia será encaminhado pelo próprio interessado ao CMDCA e à Coordenação do Conselheiro Titular que o encaminhará à Secretaria de Desenvolvimento Social.

**Art.19** – Perderá o mandato o Conselheiro que:

**I** – não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem devida justificativa e no mesmo mandato.

**II** – ser condenado por sentença irrecorrível por crime ou contravenção penal;

**III** – deixar de cumprir as suas obrigações previstas no regimento interno

**IV** – deixar de residir no município.

## **DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE**

**Art. 20** – No caso de vacância e afastamento do titular por prazo superior a 30 (trinta) dias, o CMDCA convocará o suplente de Conselheiro no prazo de 48 horas.

**Parágrafo Único** – O afastamento que dará por decisão da maioria dos conselheiros, desde que devidamente justificado.

**Art.21** – Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência no prazo de 05 (cinco) dias de recebimento da convocação por escrito ao CMDCA que providenciara a convocação do suplente imediato.

**Art. 22** – O suplente que não assumir o mandato no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da convocação, nem justificar sua impossibilidade de assunção, perderá o direito à suplência, em tempo imediato.

**Art. 23** – O suplente quando convocado em caráter temporário será impedido de exercer função de Coordenador do Conselho Tutelar.

**Art. 24** – A Assembléia-Geral é uma instância composta pelo conjunto dos Conselheiros Tutelares com a finalidade de debater e deliberar assuntos pertinentes ao trabalho do Conselho.

**Parágrafo 1º** - A Assembléia Geral será convocada pelo Coordenador do Conselho Tutelar ou requerimento.

**I** – de 1/3 (um terço) dos Conselheiros Tutelares

**II** – do CMDCA

**III** – Da Secretaria de Desenvolvimento Social.

**Parágrafo 2º** - A Assembléia-Geral debaterá exclusivamente matérias constantes na convocação.

Parágrafo 3º - Os trabalhos da Assembléia-Geral serão abertos pela Coordenação com presença da maioria absoluta dos Conselheiros sendo as decisões tomadas por maioria de votos.

## DA COMPETÊNCIA

**Art. 25** – A atuação do Conselho Tutelar ficará circunscrita à área de abrangência da região que foram eleitos.

**Parágrafo único** – A área de abrangência de cada região será estabelecida mediante Lei Municipal, e alterada a qualquer tempo, ouvido sempre o CMDCA e a Coordenação do Conselho Tutelar.

**Art.26** – A competência será determinada

**I** – pelo domicílio dos pais ou responsável

**II** – pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável

**III** – pelo lugar da ação ou omissão e nos casos de ato infracional, observadas as regras de continência e/ou prevenção.

## DO PROCEDIMENTO DO REGISTRO DA OCORRÊNCIA

**Art.27** – A ocorrência será encontrada no Conselho Tutelar através da comunicação:

**I** – anônima

**II** – no atendido dos pais ou responsável ou qualquer pessoa.

**III** – postal, telefônica ou similar.

**IV** – do próprio Conselho.

**Art. 28** – Recebida a ocorrência nas formas do artigo anterior adotar – se – ao os seguintes procedimentos.

**I** – Nas hipóteses do inciso I, II e III o caso será imediatamente registrado e encaminhado, por distribuição do Conselheiro que adotara as medidas necessárias para o caso.

**II** – Na hipótese do inciso IV o próprio denuncia providenciara o registro da ocorrência dando se quiser encaminhamento ao caso, ou mediante distribuição, conduzi-lo à possibilidade de outro Conselheiro.

**Art. 29** - Quando em regime de plantão, as ocorrências serão registradas pelo Conselheiro plantonista, que após adotar as providências cabíveis se necessárias, encaminhará o caso ao Conselho Tutelar da região competente observando o disposto no Art.27.

## **DA DISTRIBUIÇÃO**

**Art. 30** – Os casos registrados serão distribuídos com igualdade e alternadamente entre os Conselheiros.

**Art.31** – A distribuição dar-se-á por dependência, quando o Conselheiro houver.

**I** – atendido o mesmo caso anteriormente,

**II** – atendido casos envolvendo pessoas da mesma família,

**III** – registrado o caso por constatação pessoal.

## **DE REDISTRIBUIÇÃO**

**Art. 32** – Redistribui-se-ao os casos entre os Conselheiros quando exista fato que o impeça de assumi – lo, ou que seu afastamento.

**Parágrafo 1º** - Consideram se fatores que impõe a redistribuição para os efeitos deste artigo, os casos de:

**I**-Impedimento, quando o conselheiro for conjugue ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até o 2º grau, de alguma das pessoas envolvidas.

**II** – Suspensão, quando o conselheiro for de algum dos envolvidos.

- a) Amigo íntimo ou inimigo capital,
- b) Herdeiro, legatário, antigo empregado ou empregador,
- c) Interessado em favor de um deles.

**III** – Suspensão, por motivo íntimo, declarado pelo próprio conselheiro.

**IV** – Assunção do Conselheiro Tutelar, na hipótese do caso estar sob a responsabilidade de suplente.

**V** – acúmulo de casos sob a responsabilidade de um mesmo Conselheiro.

**VI** – Vacância, nos termos deste regime.

**Parágrafo 2º** - No caso do inciso VI a redistribuição dependera da decisão da maioria dos Conselheiros reunidos em sessão ordinária.

**Parágrafo 3º** - Os casos assumidos por suplentes, quando no exercício do mandato não retornarão de nova convocação.

## **DO EXPEDIENTE**

**Art.33** – Caberá ao Conselheiro responsável pelo caso a abertura do expediente, que conterà o seu histórico e todas as medidas nele adotadas.

**Parágrafo 1º** - Os expedientes terão caráter reservado e só poderão ser examinados pelos Conselheiros.

**Parágrafo 2º** - Constarão no expediente.

**I** – o registro inicial do caso

**II** – as vindicações realizadas

**III** – as notificações expedidas

**IV** – as medidas de pronto adotadas

**V** – o resultado da votação

**VI** – o parecer sobre as medidas adotadas

**VII** – as execuções

**VIII** – outros documentos relacionados com o caso

**Art.34** – O relatório expediente será elaborado pelo Conselheiro responsável pelo caso contendo.

- a) A descrição do fato
- b) Tipo de ocorrência
- c) As medidas adotadas
- d) As provas coletadas
- e) A opinião conclusiva

## **DA VERIFICAÇÃO**

**Art.35** – Na verificação o conselheiro promoverá o estudo e a elucidação do caso

**Parágrafo único** – A verificação poderá abranger:

**I** – a realização do estudo social

**II** – a solicitação de pareceres técnicos

**III** – a constatação pessoal

**IV** – a ouvida dos envolvidos, individualmente.

**V** – o reconhecimento de pessoas e coisas, e acari ação.

**VI** – a requisição de exames periciais

**VII** – coleta das provas de qualquer outra natureza

**Art.36** – Na hipótese do resultado da verificação na dotação da medida cautelar, esta poderá se dar independentemente da realização de sessão.

## **DA SESSÃO**

**Art.37** – O Conselho Tutelar reunir-se-à em sessão para deliberar sobre questões administrativas e decidir sobre os casos submetidos ao seu exame.

**Art.38** – As sessões do Conselho Tutelar serão:

**I** – ordinária, as realizadas mensalmente

**II** – extraordinária, as realizadas em dia diverso as sessões ordinárias.

**Parágrafo único:** As sessões ordinárias e extraordinárias serão abertas com a presença da maioria dos Conselheiros, sendo as tomadas também, por maioria de votos.

**Art.39** – Os trabalhos das sessões serão dirigidos por um coordenador e um secretário escolhidos em uma escala numérica de 01 a 05 em sistema de rodízio.

**Parágrafo único:** na falta ou impedimento assumirá sucessivamente a Coordenação e a Secretaria o Conselheiro imediatamente superior nessa escala.

**Art.40** – São funções do Coordenador

**I** – organizar a pauta

**II** – dirigir os trabalhos da sessão

**III** – submeter a matéria à discussão e votação

**IV** – proclamar o resultado da votação

**Art.41** – São funções do secretário:

**I** – fazer a chamada dos conselheiros

**II** – fazer leitura da ata

**III** – redigir a ata da sessão

**IV** – fazer a leitura da pauta

**V** – promover a coleta dos votos

**VI** – assessorar a coordenação dos trabalhos

**VII** – redigir o voto final de cada caso

**Art.42** – A sessão desenvolver-se á da seguinte forma:

**I** – leitura da ata

**II** – leitura da pauta

**III** – discussão e votação dos casos em pauta, dividindo-se em:

- a) apresentação do parecer do relator;
- b) discussão do caso;
- c) votação;

**IV** – relatório final da votação

**V** – assuntos administrativos

**Art.43** – A votação será nominal mediante chamada de cada Conselheiro votando em primeiro lugar o relator, seguindo pelos demais Conselheiros, sem ordem de preferência.

**Art.44** – Terminada a apuração, o coordenador proclamará o resultado, que apontará para os seguintes encaminhamentos:

**I** – execução das medidas

**II** – novas verificações

**III** – arquivamento

**Parágrafo único:** Na hipótese do inciso II deste artigo, observar-se-á o disposto nos artigos 36 e 37, deste regimento, devendo ser cumprido no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art.45** – O secretario da ultima sessão do mês encaminhará, ao final de cada mês, a coordenação do Conselho Tutelar, relatório circunstanciado das atividades do Conselho, especificando os casos apreciados e as providências adotadas, bem como o número dos expedientes em tramitação, sem, no entanto, nomear os envolvidos.

## **DA EXECUÇÃO**

**Art.46** – A execução é o ato pelo qual se cumprem as deliberações do Conselho, compelindo os envolvidos à observação dos encaminhamentos previstos.

**Parágrafo único 1º** - A execução consistirá em:

**I** – promover a efetivação dos encaminhamentos adotados

## **II – fiscalização e encaminhar a efetivação**

**Parágrafo 2º:** A execução da decisão proferida pelo Conselho competirá ao Conselheiro responsável pelo caso, sendo que deverão cientificar expressamente os envolvidos.

**Parágrafo 3º -** O Conselheiro responsável pela execução apresentará relatório desta atividade na sessão ordinária subsequente a sua efetivação.

## **DA REFORMA DO REGIMENTO**

**Art.47 –** O regimento poderá ser modificado a partir de propostas de alteração encaminhadas pelo CMDCA, pelos membros do Conselho Tutelar, ou por qualquer organização governamental, ou da Sociedade Civil do Município bem como por iniciativa popular acompanhada por 50 (cinquenta) assinaturas de eleitores.

**Parágrafo único -** O coordenador do Conselho Tutelar convocará Assembléia geral, garantindo a participação dos interessados, com direito a voz, onde a alteração será acatada por maioria simples dos votos dos Conselheiros Tutelares.

**Art. 48 -** As Assembléias Gerais convocadas com o objetivo específico de decidir sobre propostas de alterações no Regimento Interno, ocorrerão somente em prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.

## **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 49 –** Nos casos de medidas estabelecidas pela autoridade jurídica, aplicar-se no que couber, o procedimento estabelecido neste regimento.

## **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 50 –** O presente regimento somente poderá ser alterado após ter decorrido 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 51 –** Ficam fazendo parte integrante do presente regimento os dispositivos da Lei Municipal nº 599/90e da Lei Federal nº 8069/90.

**Art. 52 –** Os Conselheiros Tutelares promoveram a qualquer tempo um fórum de debates aberto à população para formulação de propostas para sua atuação e prestação de contas de suas atividades.

**Parágrafo único-** Necessariamente deverá se realizar um fórum anualmente.

**Art.53** – O presente regimento interno entrará em vigor após a sua aprovação e publicação.

---

Francisco Alberto Sousa Aguiar

---

Lucilene dos Santos Silva

---

Francisco Gomes de Sá

---

Maria Florismar Sousa Costa

---

Helena Cássia Rego da Silva